

**História Ambiental, Educação e Metodologias
Ativas de Aprendizagem:** reflexões a partir da
experiência da comunidade de Santa Luzia, Independência,
Ceará, Brasil. (2020)

Amanda Guimarães da Silva

Resumo

A pandemia do Covid-19 e o aprofundamento das mudanças climáticas em curso apresentam possibilidades e desafios relacionados com as práticas como Ensino de História e Meio Ambiente. O objetivo deste trabalho é refletir sobre essa temática a partir das oficinas pedagógicas realizadas na comunidade de Santa Luzia, município de Independência, Estado do Ceará, que por sua vez, integra uma região caracterizada como núcleos de desertificação. Por meio da realização, em 2020, de uma Oficina de Diagnóstico Socioambiental, esperamos discutir sobre possibilidades teóricas e metodológicas, assim como, propor um diálogo entre História Ambiental e Educação Não Formal no tempo presente. A realização deste exercício foi possível a partir do diálogo bibliográfico pertinente ao tema, assim como, exposição do relato de experiência, apresentando a utilização de metodologias como a História Oral, Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e Cartografia Social. Esperamos contribuir com reflexões relacionadas com práticas educacionais dentro e fora do espaço escolar, alinhados com a ciência histórica, em suas dimensões teóricas e metodológicas.

Palavras-Chave: História Ambiental. Educação. Metodologias Ativas de Aprendizagem.

**Environmental History, Education and active learning
methodologies:** reflections from the experience of the
Community of Santa Luzia, Independência, Ceará, Brazil. (2020)

Abstract

The Covid-19 pandemic and the ongoing deepening of climate change present possibilities and challenges related to practices such as Teaching History and the Environment. The objective of this work is to reflect on this topic based on pedagogical consultations held in the community of Santa Luzia, municipality of Independência, State of Ceará, which in turn, is part of a region characterized as centers of desertification. By holding a Socio-Environmental Diagnosis Office in 2020, we hope to discuss theoretical and methodological possibilities, as well as provide a dialogue between Environmental History and Non-Formal Education today. Carrying out this exercise was possible based on the bibliographic dialogue relevant to the topic, as well as exposure of the history of experience, presenting the use of methodologies such as Oral History, Problem-Based Learning (PBL) and Social Cartography. We hope to contribute with reflections related to educational practices in the school space, aligned with historical science, in its theoretical and methodological dimensions.

Keywords: Environmental History. Education. Active Learning Methodologies.

Texto integral**Considerações iniciais**

Os desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas em curso, a demanda global por alimentos, assim como, eventos naturais extremos, relacionados com as desigualdades sociais e agravadas pela pandemia do Covid — 19, impulsionam pesquisadores e educadores a ações direcionadas para a mitigação destes fenômenos junto ao tecido social. Neste sentido, o objetivo deste exercício de escrita consiste em propor um diálogo entre Ensino de História, História Ambiental e Metodologias Ativas de Aprendizagem, a partir da experiência da comunidade de Santa Luzia, situada na cidade de Independência, Estado do Ceará, Brasil.

Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi considerada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Unasus, 2020). Pensando o cenário do Brasil, ao longo de quase três anos de pandemia, houve um aprofundamento das desigualdades sociais, aumento da fome e da pobreza extrema, agravamento da destruição de biomas e

ecossistemas, assim como, impactos negativos no processo educacional de milhares de crianças e adolescentes, que em conjunto, constituem os sujeitos mais afetados e vulneráveis diante dos acontecimentos recentes.

Pensando os impactos da Covid-19 na educação, com base no “*Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia do Covid — 19 para a Educação*” (2021), publicado pela Unicef, temos que ao final do ano letivo de 2020, existiam 5.075.294 crianças e adolescentes no Brasil fora do espaço escolar. Deste número, a maioria corresponde a crianças e jovens situados na região Norte e Nordeste do país. Pensando os dados referentes à região Nordeste, temos que 732.211, ou seja, 16,1% das crianças de 6 a 10 anos estavam fora da escola; para as crianças de 11 a 14 anos, temos que 554.918, ou seja, 15,7% estavam fora do espaço escolar; e para jovens de 15 a 17 anos, em um total de 699.475, ou seja, 25,3%, estavam nessa situação. (Unicef, 2021)

Um diálogo preocupante ocorre por meio do relatório “*O vírus da fome se multiplica: uma receita mortal misturando conflitos armados, Covid — 19 e crise climática acelera a fome no mundo*” (2021), publicado pela Oxfam Brasil, apresentou a previsão de 11 pessoas morrendo por minuto, até o final do ano de 2021, devido à fome intensa e estrutural. Assim, a América Central e a América do Sul devem experimentar períodos prolongados de secas, nos quais a agricultura e produção de alimentos sofrerão 63% dos impactos ocasionados pela aceleração das mudanças climáticas. (Oxfam, 2021)

O Nordeste brasileiro situa-se como uma das regiões mais vulneráveis frente a esse cenário. De acordo com relatórios como “*Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil*” (2016), que apontam áreas situadas na região Nordeste e os processos de desertificação existentes, destaca regiões cearenses, como o Sertão dos Inhamuns e o Sertão Central, por exemplo, como “núcleos de desertificação”, pois o “processo de degradação da cobertura vegetal e do solo alcançou uma condição de irreversibilidade, apresentando-se como pequenos desertos”. (CGEE, 2016, p. 21)

Em conjunto, estes documentos apontam o mosaico de fragilidades sociais, econômicas e ambientais, que afetam, sobretudo, comunidades na região Nordeste do

país. O diálogo entre áreas do conhecimento, como história, sociologia e geografia, permitem utilizar metodologias, dentro e fora dos espaços escolares, como forma de percepção da realidade social, por parte de crianças e adolescentes, e construção de alternativas para a transformação da realidade que os cerca.

Desta forma, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a relação entre Ensino de História e Educação Ambiental a partir de revisão bibliográfica em diálogo com relato de experiência da Oficina de Diagnóstico Socioambiental, realizada em 2020, com juventudes da comunidade de Santa Luzia, município de Independência, Estado do Ceará. Este território está inserido em uma área de clima semiárido e com baixo Índice de Desenvolvimento Social. Essa situação agrava-se devido aos desdobramentos da pandemia do Covid — 19, que entre diversos aspectos, impactou significativamente a experiência escolar de crianças e jovens em todo o Brasil. Assim, como problema de pesquisa, visamos refletir sobre como a História Ambiental, através de seus suportes teóricos e metodológicos, pode contribuir com práticas educacionais, sobretudo, a partir da educação não formal e educação socio comunitária.

Educação Ambiental: diálogos teóricos possíveis

A partir dos estudos de Donald Worster (1991), temos que “a natureza é também uma criação das nossas mentes” de modo que “por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significados”. (Worster, 1991, p. 210). Em diálogo com os estudos de François Hartog (2014), temos que a reflexão sobre o tempo do meio ambiente ocorre a partir da compreensão sobre os processos de patrimonialização, a partir de instituições internacionais, como ONU e UNESCO, entre outras, de modo que patrimônio cultural e natural possuem um “valor universal excepcional”. (Hartog, 2014, p. 239)

Os estudos de José Pádua (2023), propõem uma análise histórico ambiental a partir do diálogo com ideias sobre biomas, que em conjunto, são importantes para a

compreensão sobre a ocupação e construção do território brasileiro em sua totalidade. No entanto, é possível encontrar desafios ao analisar aspectos regionais ou microrregionais. O autor aponta sobre a categoria “agreste”, frequentemente utilizada na região Nordeste, que exemplifica uma transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica que, no entanto, encontra-se ausente na classificação de biomas. O autor ressalta a necessidade de uma leitura flexível sobre conceitos como biomas, e aponta a importância de refletir sobre os diversos ecossistemas a partir de análises em escalas. (Pádua, 2023, p. 547).

Os estudos de Glória Gohn (2013), sobre educação não formal, apontam sobre a importância de refletir a partir de um conceito amplo de educação, que envolva campos diversos, como a educação formal, informal e não formal, para propor processos formativos baseados em direitos humanos, que permitam um diálogo “escola com a comunidade educativa de um território”. A educação não formal, para a autora, é um processo baseado em intencionalidades, planejamento e finalidades específicas. Assim, “opera em ambientes espontâneos”, de modo que “os saberes adquiridos são absorvidos no processo de vivências e socialização pelos laços culturais e de origem dos indivíduos”. (Gohn, 2013, p. 163–176)

Neste sentido, os estudos de Verena Alberti (2014) apontam para a reflexão sobre metodologias de pesquisa, a partir da história oral, que incorporadas às pesquisas contemporâneas, contribui para que “o relato pessoal deixe de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social”. É necessário, contudo, cuidados específicos, pois se faz necessário “preparar a entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo”, sendo necessários investimentos de tempo e dinheiro. (Alberti, 2014, p. 163–165)

Essas discussões são importantes, pois, em conjunto, nos permitem refletir sobre os diálogos entre educação socio comunitária, história ambiental e metodologias ativas de aprendizagem pesquisa como história oral. Contribuem ao propor reflexões teóricas e metodológicas que podem ser utilizadas em práticas educativas formais e não-formais,

considerando os aspectos como sociedade, cultura, natureza e memórias, em realidades socioambientais diversas. Essas reflexões encontram possibilidades profícuas quando analisamos, em conjunto, os documentos normativos nacionais que ajudam a estruturar os currículos nas áreas de ciências humanas no Brasil, como a BNCC e os PCNs.

Desta forma, diversos trabalhos constroem reflexões baseadas em documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997 e 1998, que abrangem os anos iniciais (1^a a 4^a séries) e os anos finais (5^a à 8^a), assim como, a Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2018, que abrange o Ensino Básico, em suas etapas e modalidades. (PCNs, 1997) Estes documentos, que em conjunto, possuem caráter normativo relacionado ao processo de ensino-aprendizagem, permitem possibilidades profícuas de reflexões, baseadas no diálogo entre História, entre conceitos e objetos de estudo, com temáticas interdisciplinares, como conceitos de espaço, cultura e sociedade. (BNCC, 2018)

Neste sentido, Adelson Oliveira *et al.* (2021), aponta que as temáticas relacionadas com Educação Ambiental e sua inserção na educação básica e na formação de professores está presente em documentos oficiais, como os PCNS, e a BNCC, que em conjunto, são instrumentos normativos oficiais e reguladores da inserção da educação ambiental nos espaços educacionais no país. Com base na análise da BNCC, os autores refletem que a Educação Ambiental foi reduzida do escopo deste documento, sendo citada uma única vez, no espaço da introdução, existindo, portanto, um esvaziamento desta temática em suas dimensões críticas, pedagógicas e curriculares (Oliveira, 2021, p. 329–338).

Assim, para Circe Bittencourt (2003), a história ambiental teria surgido, dentre muitos movimentos, a partir das dinâmicas do tempo presente, onde a natureza ganha novos sentidos junto ao tecido e a experiência social. Pensando as práticas educacionais sobre temas ambientais em sala de aula, um dos desafios para historiadores consiste na construção de práticas interdisciplinares, superando uma perspectiva de fragmentação do conhecimento. Ao refletir sobre interdisciplinaridade e práticas de ensino, é apontado princípios importantes, como as ideias de natureza como uma dimensão

dinâmica, assim como, as ideias de que homens e mulheres integram a natureza (Bittencourt, 2013, p. 37–51).

Essas discussões são importantes, pois, os documentos normativos educacionais, como a BNCC e os PCNs contribuem ao apontar caminhos possíveis para a elaboração de currículos e práticas escolares. Desta forma, é importante compreender seus apontamentos, evidenciando suas fragilidades e potencialidades em temáticas, como, por exemplo, Meio Ambiente e Ensino de História, de modo a construir alternativas possíveis dentro e fora dos espaços escolares. Existem diálogos possíveis quando pensamos, por exemplo, o uso de metodologias ativas de aprendizagem em sala de aula, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a Cartografia Social.

Neste sentido, as metodologias ativas de aprendizagem, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a Cartografia Social, ganham espaço nas práticas pedagógicas. Em conjunto, essas metodologias são apresentadas como alternativas ao ensino tradicional e aos desafios educacionais do tempo presente, sobretudo, em um recorte atravessado pela pandemia do Covid-19. Apresentam também ações direcionadas para a intervenção social, práticas educacionais e dinâmicas alinhadas às novas gerações de jovens, por meio de ações educacionais propositivas em relação às diversas demandas sociais, sobretudo, às inseridas no eixo socioambiental.

Com base nas ideias de William Bender (2014), a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é uma estratégia educacional que promove a reflexão sobre questões sociais contemporâneas, incentivando a colaboração e a ação coletiva, especialmente no ambiente escolar. A ABP parte de desafios e dilemas que surgem na sociedade, empregando ferramentas digitais e tecnológicas para a concepção de ações. Na maioria, os projetos são caracterizados pela interdisciplinaridade, envolvendo a construção e execução conjunta. Eles têm uma abordagem de médio a longo prazo e podem ser desdobrados em duas principais categorias: [1] Tarefas a serem realizadas, como a identificação do problema a ser abordado, a definição das atividades e os recortes a serem explorados, entre outros; e [2] Resultados esperados, que incluem a produção

de relatórios e apresentações resumindo as atividades realizadas e as metas alcançadas. (Bender, 2014, p. 15–25)

De acordo com Juan Tetamanti (2014), a abordagem da cartografia social se fundamenta no trabalho colaborativo, resultando na criação de mapas sociais que são sempre únicos e não repetíveis. Esses mapas são gerados através do diálogo, do uso de atividades lúdicas de desenho e escrita, bem como da construção de representações que abordam tanto os outros indivíduos quanto o ambiente circundante. Conseqüentemente, a cartografia social é considerada uma prática que envolve a construção e desconstrução do contexto social. Em algumas situações, é percebida como um discurso que implica a manipulação de conhecimento, muitas vezes representando uma ferramenta de poder. É essencial ter cautela na sua elaboração, uma vez que por trás da criação de mapas, há instituições como o Estado ou o meio acadêmico, que categorizam e normatizam a realidade da sociedade. (Tetamanti, 2014, p. 29–31)

Nesse contexto, destacam-se possibilidades educacionais que surgem a partir das interações entre História, Meio Ambiente e Educação. Portanto, é importante considerar as práticas pedagógicas por meio da interligação entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando como metodologias pertinentes à pesquisa histórica, como a História Oral, se relacionam com metodologias ativas de aprendizagem. O público-alvo dessas iniciativas envolve jovens matriculados em diversas etapas do ensino básico, como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e em modalidades específicas, como Educação Quilombola, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena, entre outras.

Relato de Experiência

Com base em Samiles Benedito *et al.* (2020), pensando a educação básica no Ceará em uma situação de pandemia do Covid — 19, aponta que as escolas cearenses adotaram práticas educacionais baseadas no uso das TICs — Tecnologias da Informação

e Comunicação, que consistem em “aquisição, armazenamento, processamento e distribuição de informação por meio de dispositivos eletrônicos e digitais”. Desta forma, a partir da adoção do ensino remoto, o processo de ensino aprendizagem foi realizado por meio “do envio e recebimento de atividades, correções e trocas de informação” a partir de dispositivos digitais (Benedito, 2020, p. 63).

No entanto, com base nos autores e a partir da análise de dados apontados pelo SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará), o cenário digital no Estado do Ceará ainda apresenta desafios, pois, 73,1% dos estudantes possuem acesso à internet; 65,8% não possuem computador; enquanto 26,4% possuem um smartphone e 17,4% não possuem nenhum smartphone (Benedito, 2020, p. 64).

Com base no Perfil Básico Municipal, publicado em 2012, a cidade de Independência está localizada na porção Centro — Oeste do Estado do Ceará e possui uma área absoluta de 3.218,64 km quadrados. Possui como características ambientais o clima Tropical Quente Semiárido, com período chuvoso entre fevereiro e abril. Como componentes ambientais, possui Depressões Sertanejas e Maciços Residuais, com vegetação de Caatinga Arbustiva Aberta e Floresta Caducifolia Espinhosa, compondo a bacia hidrográfica Paranaíba. Está situada na macrorregião do Sertão do Inhamuns, sendo a sua Mesorregião os Sertões Cearenses (Ipece, 2012, p. 3-7).

De acordo com dados do Relatório Técnico do Serviço Geológico do Brasil, realizado em 2007, na comunidade de Santa Luzia, foi realizado o diagnóstico de 63 famílias que captavam água em condições precárias, em localidades distantes. A comunidade está localizada em uma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com condições climáticas próprias do clima semiárido. As duas escolas da comunidade também funcionam em condições precárias de captação de água. Devido às condições dos domínios hidrogeológicos, as vazões de águas são em pouca quantidade, e em sua maioria, salinizadas. A implementação de Sistemas Simplificados de Abastecimento (SSA) na comunidade tinha o objetivo de fornecer segurança hídrica para períodos de longa estiagem, assim como, fortalecer o desenvolvimento de atividades

produtivas locais, sobretudo, relacionadas com a pecuária, apicultura e horticultura (CPRM, 2007, p. 3-7).

Neste sentido, Glória Gohn (2013), a partir da análise de autores como Groppo (2006), reflete sobre a Educação socio comunitária como uma proposta de articulação entre Educação Popular e Educação Social. A autora aponta como uma abordagem socio comunitária evidencia as relações entre escola, comunidade escolar e sociedade. Assim, aponta para a existência de “uma tensão entre a lógica sistêmica (dada pelos interesses do capital e do mercado), a lógica comunitária (dada por políticas de integração social de forma conservadora) e a lógica socio comunitária (definida como uma utopia e uma possibilidade)” (Gohn, 2013, p. 334–335).

Neste sentido, o relato de experiência apresentado foi construído a partir de um conjunto de atividades promovidas pelo projeto “Autogestão, Soberania Alimentar, Gênero e Mudanças Climáticas na Agricultura Familiar”, financiado pela Rede Terra do Futuro e executado pela Fundação Cepema, entre 2017 e 2021. Realizamos três visitas à comunidade, para construir uma rede de juventudes direcionada para temáticas socioambientais. O relato de experiência apresentado a seguir ocorreu a partir da visita realizada em 10 de dezembro de 2020. Neste dia, nosso objetivo era realizar uma Oficina de Diagnóstico Socioambiental, mapeando as fragilidades e as potencialidades da comunidade, a partir da fala de crianças e adolescentes.

A comunidade de Santa Luzia com uma quantidade expressiva de crianças e adolescentes que tecem a sua experiência social a partir dos desafios da convivência com o semiárido. Participaram da atividade, aproximadamente, 24 jovens, entre estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior. Para a realização da atividade, iniciamos uma roda de conversas e apresentação de todos, com nome, idade e etapa escolar; em seguida iniciamos a construção de diagnósticos sociais, pensando sobre as demandas, fragilidades e potencialidades comunitárias, a partir da fala e escuta dos participantes.

Como metodologia de atuação, dividimos os participantes em grupos e com folhas e pincéis, solicitamos que os jovens realizassem um mapa de fragilidades e potencialidades, refletindo sobre as demandas sociais existentes na comunidade. Em

seguida, realizamos uma roda de conversas, com a apresentação dos mapas e exposição dos pontos descritos. Após este momento, a partir do manejo de máscaras descartáveis e álcool em gel, realizamos uma dinâmica baseada em cantos.

A atividade foi realizada a partir da fala e da escuta das crianças e adolescentes, por meio da exposição de aspectos socio comunitários existentes. A seguir, é possível visualizar um dos mapas construídos por uma das equipes. A atividade tinha uma finalidade lúdica, de percepção e compreensão do território em que se vive. Para a construção das imagens, partimos da pergunta geradora: Qual futuro desejamos para a comunidade em 2021? É possível visualizar um dos mapas abaixo:

Imagem 1 - Mapa sobre “Qual futuro desejamos para a comunidade?”



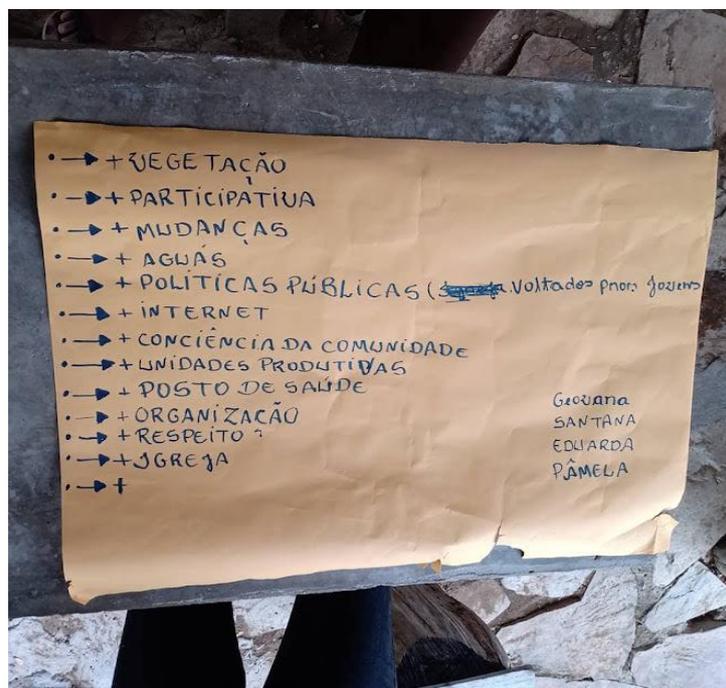
Fonte: Documentos produzidos na atividade.

É possível perceber que a imagem apresenta elementos como árvores, cursos de água e casas de sementes. Isso porque uma das principais queixas das crianças e adolescentes estavam relacionadas com a ausência de diversidade alimentar. É importante ressaltar que a comunidade está inserida em uma área considerada núcleo de desertificação, possuindo características de pequenos desertos.

A casa de sementes aponta para um local de resguardo de culturas alimentares. Neste sentido, é possível visualizar a segunda imagem, com um mapa de potencialidades

e fragilidades. Neste momento, perguntamos a todos os presentes na oficina quais aspectos eles gostariam de construir na comunidade. Aqui, percebemos como a ideia de natureza e meio ambiente é compreendida a partir de aspectos diversos, como alimentação e sociabilidades. E como existe um quadro complexo de carências sociais, sobretudo, relacionadas com o acesso à internet, tão indispensável para a permanência dessas crianças e adolescentes na escola. É possível visualizar um dos mapas abaixo:

Imagem 2 - Mapa de fragilidades e potencialidades



Fonte: Documentos Produzidos na Atividade.

O conjunto das atividades realizadas evidenciam o mosaico de carências e demandas da comunidade. Em diálogo com os aspectos teóricos apresentados, apontam para uma compreensão sobre meio ambiente atravessada por aspectos biofísicos, econômicos e sociais. Como aspectos positivos, o diagnóstico social apontou a forte presença de crianças e jovens na comunidade, o que facilita a realização de atividades formativas, voltadas para a construção de redes de jovens; o fluxo de estudantes que, ao concluírem o ensino médio, em escolas agrícolas da região, são direcionados para cursos de ensino superior nas áreas de agroecologia, sobretudo, no Estado de

Pernambuco; a presença de organizações comunitárias, como sindicatos e associações de moradores, que em conjunto, fortalecem o direcionamento de demandas sociais. Dentre muitas questões, o acesso à água, a produção de alimentos para consumo e comercialização e aspectos sociais, como lazer e sociabilidades, emergem no quadro de demandas e vulnerabilidades.

Como fragilidades, o diagnóstico social apontou a pouca incidência de espaços direcionados para lazer e práticas de exercícios, como praças, bem como, acesso à internet. Pensando os aspectos alimentares, foi apontado a falta de diversidade alimentar, a dificuldade de acesso à água, como abastecimento e reuso de recursos hídricos, bem como, a existência de água salinizada. Além disso, foi apontado a ausência de feiras para comercialização de produção de hortaliças, assim como de mudas. Outro aspecto apontado foi relacionado ao deslocamento, como ausência de estradas de qualidade, devido à distância da comunidade com a cidade mais próxima. Desta forma, foi apontado a ausência de unidades de saúde na comunidade. Um fato preocupante foi a presença de mapeamento da região para atividades voltadas para a mineração.

Desta forma, a costura entre História Ambiental, Metodologias e Educação ocorre, pois, em um primeiro momento, a partir de relatos e narrativas orais baseadas na experiência social, é possível traçar e desenhar aspectos sobre o tecido social existente naquele território, atravessados, sobretudo, por aspectos climáticos e geográficos, como a desertificação. Os relatos de experiências apresentam possibilidades profícuas para reflexão sobre como o espaço físico, em suas diversas características, influenciam as experiências e modos de vida de juventudes desta comunidade. Assim, a interpretação da realidade social é construída a partir de aproximações e distanciamentos com outras localidades, em um movimento de interpretação do território em que se vive.

A aprendizagem baseada em projetos e a cartografia social, por sua vez, somam-se à medida que as crianças e adolescentes experimentam formas de construção de realidades a partir de atividades compreendidas no eixo de educação não formal, ou seja, fora do espaço escolar. Aqui, por meio de perguntas geradoras sobre o espaço em que

se vive, suas fragilidades e potencialidades, é possível compreender as demandas coletivas e trazer para o campo da linguagem o conjunto de ações necessárias para a mitigação destas questões. Em conjunto, as metodologias contribuem para o fortalecimento da autogestão dos territórios, para a compreensão sobre as demandas sociais e as alternativas possíveis para sua mitigação.

Considerações finais

Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi apresentar um diálogo entre História Ambiental e Educação, a partir de aspectos como Antropoceno, pandemia do Covid — 19 e metodologias pertinentes à ciência histórica e a projetos sociais. Este exercício foi possível a partir de um breve diálogo bibliográfico com leituras pertinentes ao tema, alinhadas com o relato de experiência construído a partir da realidade social da comunidade de Santa Luzia, situada na cidade de Independência, Estado do Ceará.

Em um primeiro momento, tivemos em vista costurar as ideias de Antropoceno, em diálogo com diagnósticos sobre a situação socioambiental contemporânea existente no mundo ocidental, sobretudo, na América Latina, em especial, a Região Nordeste do Brasil. Buscamos, também, por meio de literatura pertinente ao tema, apresentar costuras relacionadas com a delimitação da História Ambiental como campo de estudos, em diálogo com a inserção de temáticas socioambientais no ensino básico.

Em um segundo momento, tivemos em vista refletir como algumas metodologias, a saber, a História Oral, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a Cartografia Social podem contribuir para atividades no ensino básico, sobretudo, quando relacionadas com as perspectivas de educação não formal e educação socio comunitária. Assim, esperamos propor uma reflexão sobre os diálogos e potencialidades entre ensino, pesquisa e extensão, e as diversas contribuições possíveis para práticas educacionais alinhadas às demandas socioambientais da contemporaneidade.

Neste sentido, em diálogo com as reflexões bibliográficas, confirmou-se que os jovens percebem a ideia de meio ambiente como um mosaico complexo, composto por

dimensões sociais, geográficas, econômicas, entre outras. Com base na experiência da oficina, percebemos que a utilização de aspectos pertinentes à História Oral são positivas ao incentivarem os jovens ao exercício da fala, permitem uma organização sistematizada do pensamento, direcionada para a interpretação da realidade em que se vive, assim como, permitem compreender as ausências e aproximações quanto as demais realidades sociais.

Como resultados, acreditamos que a Oficina de Diagnósticos Socioambientais permitiu um mapeamento de fragilidades e potencialidades da comunidade, funcionando como indicador sobre o que é possível melhorar. Desta forma, fortalece as práticas de autogestão e autogovernança, sobretudo, entre os mais jovens. Permite uma compreensão sobre o território em que se vive. Neste sentido, as atividades realizadas contribuem para o fortalecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — ODS, a saber, ODS 1 - Erradicação da Pobreza; ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 10 — Redução das Desigualdades; ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 — Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 17 — Parcerias e Meios de Implementação. (ODS, 2015)

Como limitações, acreditamos que seriam necessárias atividades a médio e longo prazo na comunidade. A realização de um dia de oficina torna-se insuficiente para o mapeamento socioambiental da comunidade. A atividade, portanto, insere-se como ponto inicial e de partida. Com o desenvolvimento das atividades, seriam necessárias a construção de parcerias institucionais para ações mais efetivas no território. Como limitações, apontamos também a insuficiência de materiais produzidos pelos jovens, ponto que poderia ser mitigado com ações a médio e longo prazo. Contudo, esperamos que este breve relato de experiência possa contribuir e dialogar com demais pesquisas e estudos relacionados ao tema.

Referências

Fontes

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE) **Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil**. Brasília: CGEE, 2016. P. 21. Disponível em <<https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/DesertificacaoWeb>> Acesso: 18 out. 2020.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Implantação de sistema simplificado de abastecimento de água na comunidade Sítio Santa Luzia**. Município de Independência. Relatório Sintetizado. Recife: CPRM/MIN, 2007. Disponível em <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/18111/1/santa_luzia.pdf> Acesso: 15 jun 2022.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Ministério da Educação**. 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_vers_aofinal_site.pdf> Acesso: 06 nov. 2023.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME. **Áreas fortemente degradadas em processo de desertificação**. Fortaleza, 2016. Disponível em <http://www.funceme.br/wp-content/uploads/2019/02/7-Mapa_CE_Desertifica%C3%A7%C3%A3o_2016_A2.pdf> Acesso: 16 mai. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. 2021. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>> Acesso: 16 mai. 2021

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. 2021. p. 34. Disponível em <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>> Acesso: 13 ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO ESTADO DO CEARÁ (IPECE) Perfil Básico Municipal - Independência. Fortaleza, 2012. Disponível em <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Independencia_2009.pdf> Acesso: 16 mai. 2022.

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE DECLARA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS. **Unasus Institucional**. 11 mar. 2020. Disponível em <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>> Acesso: 19 jul. 2022.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ministério da Educação**, 1997. Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's) podem ser consultados em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> e em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso: 10 jun. 2022.

OXFAM BRASIL . **O vírus da fome se multiplica: uma receita mortal misturando conflitos armados, covid - 19 e crise climática acelera a fome no mundo.**: 2021. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/>> Acesso: 13 ago. 2021.

PERFIL BÁSICO MUNICIPAL - INDEPENDÊNCIA. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE)**. Fortaleza, 2012, p. 5 - 6. Disponível em <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Independencia_2009.pdf> Acesso: 16 mai. 2022.

SENADO FEDERAL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf> Acesso: 15 jun 2022.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<https://www.pactoglobal.org.br/ods>> Acesso: 15 jun 2022.

Referências

ALBERTI, Verona. Fontes Oraís: Histórias dentro das Histórias. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BENEDITO, Samiles Vasconcelos Cruz, et al. A educação básica cearense em época de pandemia de coronavírus (Covid-19): perspectivas e desafios no cenário educacional brasileiro. **Revista Nova Paideia**, Brasília, V.2, N° 3, 2020, p. 58 -71.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio Ambiente e ensino de História. **História & Ensino**, Londrina, V. 9, p. 63 - 96, out. 2003.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal: conceito, campo e o educador social. In: GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

OLIVEIRA, Adelson Dias de. Et al. A educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, V. 16, N° 5, 2021, pag. 328 - 341.

PÁDUA, José Augusto. Pensar a História em Territórios Cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro. Vol. 36, n° 80, p. 542-556, Set-Dez 2023.

TETAMANTI, Juan Manuel Diez. **Cartografía social: Teoría y Método. Estrategias para una eficaz transformación comunitaria**. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2018

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

A autora

Amanda Guimarães da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Recebido em 11/2023 • Aprovado em 12/2023 • Publicado em 02/2024